



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO nº 16.432/13

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Fundo de Aposentadorias e Pensões**, Sr. Hugo de Oliveira Almeida concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais ao *Sr. João Francisco Filho*, matrícula 02012513, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, que contava, à época do ato, com 16.672 dias de tempo de serviço e idade de 70anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC nº 16.432/13

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): . *João Francisco Filho*

Órgão: **Fundo de Aposentadorias e Pensões**

Gestor Responsável: Hugo de Oliveira Almeida

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Integrais.  
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos.  
Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos  
proventos elaborados pelo órgão de origem.

**ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0991  
/2019**

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 16.432/13** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais ao *Sr. João Francisco Filho*, matrícula 02012513, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 06 de junho de 2019.**

Assinado 7 de Junho de 2019 às 09:45



**Cons. Marcos Antonio da Costa**  
PRESIDENTE

Assinado 6 de Junho de 2019 às 12:59



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira  
Filho**  
RELATOR

Assinado 8 de Junho de 2019 às 07:13



**Manoel Antonio dos Santos Neto**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO